

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A., relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e seu comparativo com 2017.

AMBIENTE ECONÔMICO E POLÍTICO

Em que pese a volatilidade do ambiente político e econômico - crises pontuais e profundas como a dos caminhoneiros, eleições presidenciais e renovação do congresso - o país segue uma trajetória de retomada do crescimento econômico e criação de novas oportunidades de trabalho e investimentos, com patamar de juros baixos e inflação controlada.

NEGÓCIOS E RESULTADOS

O BS2 manteve-se fiel a sua estratégia de crescimento dos seus nichos de atuação e na construção de um ecossistema de soluções financeiras - BS2 Hub, que por meio de sua plataforma digital, lançada ao mercado em novembro de 2018, trará aos seus clientes uma ampla gama de soluções financeiras.



Os ativos totais do Banco BS2 chegaram a R\$ 5,8 bilhões em dez/18 - crescimento de 65,7% em relação aos R\$ 3,5 bi do ano anterior - em grande parte pelo crescimento das operações de processamento de pagamentos, advindas da ADIQ. A carteira de crédito, incluindo as operações com direitos creditórios e antecipação de recebíveis, totalizou R\$ 1,16 bilhão (R\$ 1,15 bilhão em 2017), contabilizando uma receita total de R\$ 205 milhões, contra R\$ 202 milhões em 2017. Já as operações de câmbio mantiveram-se como outro pilar de rentabilidade do BS2, no qual registramos um aumento de 34% em relação ao ano anterior e totalizamos resultados de R\$ 79 milhões, contra R\$ 59 milhões em 2017. A captação total fechou em R\$ 2,4 bilhões, ante R\$ 1,9 bilhão em dezembro de 2017. A performance auferida nos nichos supra citados possibilitaram os investimentos na construção de nossa plataforma digital, que iniciou suas operações com oferta gratuita de produtos de *banking* - conta corrente, transferências, cartão e saques - para pessoas físicas, e já na sequência produtos de investimentos e câmbio. No primeiro semestre de 2019 nossa atuação se expandirá para pessoas jurídicas. Nossa missão é levar ao mercado, de forma simples, soluções robustas, seguras e rentáveis. Mesmo frente a todos os investimentos realizados, registramos lucro líquido de R\$ 35,6 milhões, que representa um retorno anualizado (ROAE) de 11,8% sobre o patrimônio líquido médio.

GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

A estrutura societária do Conglomerado BS2 prima pelas melhores práticas de governança corporativa, que permitem o estabelecimento de parcerias seguras e lucrativas, contribuindo para um crescimento responsável e sustentável. Nosso braço de atuação em câmbio varejo e em assessoria e distribuição de investimentos é a BS2 DTVM, constituída em dez/17. No mercado de meios de pagamentos, estruturamos a ADIQ Soluções de Pagamento S.A., empresa que deverá assumir as operações de processamento de pagamentos ainda no primeiro semestre de 2019.

CAPITAL SOCIAL

Durante o primeiro semestre, o BS2 teve seu capital social aumentado em **R\$ 60 milhões**, com aporte de novos recursos pelos acionistas, demonstrando sua credibilidade na gestão do Banco e, ao mesmo tempo, mantendo seu índice de Basileia no patamar de aproximadamente 12% (13% em 2017), consistente com a estrutura de alocação e gestão de riscos.

AGRADECIMENTOS

Continuar trilhando uma trajetória de crescimento sustentável e ao mesmo tempo buscar soluções inovadoras não é uma tarefa simples. Junte-se a isso a missão de levar a melhor experiência para nossos clientes e lucratividade para nossos acionistas. Esse é o compromisso da administração BS2. Nós também temos nos dedicado a ser o melhor lugar para se trabalhar, compartilhando nossa experiência e excelência operacional com nosso time de colaboradores. Assim, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pelo prestígio, confiança e estímulo para o crescimento e modernização da instituição. Aos nossos colaboradores expressamos nosso profundo reconhecimento por sua garra, comprometimento e dedicação. Aos nossos acionistas, nosso obrigado pela confiança depositada, que procuramos retribuir com retornos consistentes.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

Rating **FitchRatings** BBB (bra) | Foreign Currency B+

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		5.110.656	2.358.276	PASSIVO CIRCULANTE		3.937.188	2.111.833
DISPONIBILIDADES	3	52.269	54.527	DEPÓSITOS		773.785	688.282
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	1.018.540	325.145	Depósitos à vista		76.118	52.718
Aplicações no mercado aberto		996.797	318.723	Depósitos interfinanceiros	10	128.676	98.521
Aplicações em depósitos interfinanceiros		21.743	6.422	Depósitos a prazo	10	568.991	537.043
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	564.088	19.394	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	11	69.532	49.737
Carteira própria		485.655	19.013	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		69.532	49.737
Vinculados à prestação de garantias		78.433	381	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		37.913	17.075
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		2.996.331	1.255.034	Recursos em trânsito de terceiros		37.913	17.075
Pagamentos e recebimentos a liquidar		2.995.651	1.254.420	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES			11.619
Depósitos no Banco Central		545	347	Empréstimos no exterior			11.619
Correspondentes		135	267	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		22	105
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	166.480	306.739	Instrumentos financeiros derivativos		22	105
Operações de crédito		171.889	315.207	OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.055.936	1.345.015
Operações de crédito vinculadas a cessão		1.188	6.522	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		913	540
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.597)	(14.990)	Carteira de câmbio	12(a)	30.709	60.472
OUTROS CRÉDITOS		295.253	375.626	Fiscais e previdenciárias	12(b)	4.555	6.409
Carteira de câmbio	7(a)	27.866	64.028	Negociação e intermediação de valores		41.486	10.083
Rendas a receber		1.000	21.262	Dívidas subordinadas	12(c)	3.360	2.913
Negociação e intermediação de valores		4.961	6.117	Diversas	12(d)	2.974.913	1.264.598
Diversos	7(b)	268.261	290.346	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.572.667	1.192.647
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7(b)	(6.835)	(6.127)	DEPÓSITOS		1.272.419	871.115
OUTROS VALORES E BENS	8	17.695	21.811	Depósitos interfinanceiros	10	45.228	37.136
Outros valores e bens		16.701	20.310	Depósitos a prazo	10	1.227.191	833.979
Provisões para desvalorizações		(1.731)	(887)	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	11	15.671	42.413
Despesas antecipadas		2.725	2.388	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		15.671	42.413
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		592.110	1.112.943	OUTRAS OBRIGAÇÕES		284.577	279.119
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	55	861	Fiscais e previdenciárias	12(b)	1.009	4.189
Aplicações em depósitos interfinanceiros		55	861	Dívidas subordinadas	12(d)	229.449	198.875
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	133.830	643.706	Diversas		54.119	76.055
Carteira própria			392.029	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		4.013	8
Vinculados à prestação de garantias			148.820	Resultados de exercícios futuros		4.013	8
Instrumentos financeiros derivativos		133.830	102.857	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		311.845	234.325
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	129.505	115.702	Capital de domiciliados no país	13(a)	261.721	201.721
Operações de crédito		138.613	122.225	Reservas de lucros	13(b)	48.946	30.878
Operações de crédito vinculadas a cessão			1.036	Ajuste a valor de mercado - TVM		1.178	1.726
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.108)	(7.559)	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.825.713	3.538.813
OUTROS CRÉDITOS		324.235	351.241				
Rendas a receber		4.016					
Diversos	7(b)	320.832	351.712				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7(b)	(613)	(471)				
OUTROS VALORES E BENS		4.485	1.433				
Despesas antecipadas		4.485	1.433				
PERMANENTE		122.947	67.594				
INVESTIMENTOS		56.897	36.615				
Participações em coligadas e controladas no país	9	55.190	35.210				
Outros investimentos		1.707	1.405				
IMOBILIZADO DE USO		29.028	23.997				
Outras imobilizações de uso		39.209	31.411				
Depreciações acumuladas		(10.181)	(7.414)				
INTANGÍVEL		37.022	6.982				
Ativos intangíveis		42.540	9.177				
Amortização acumulada		(5.518)	(2.195)				
TOTAL DO ATIVO		5.825.713	3.538.813				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conectamos você às melhores soluções financeiras.

bs2.com

CNPJ: 71.027.866/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Segundo Semestre		Exercícios	
		2018	2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		125.604	248.447	231.717	
Operações de crédito	15	39.981	70.530	90.175	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	16	31.230	53.772	72.474	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		18.721	41.497	9.772	
Resultado de operações de câmbio		35.672	79.049	59.070	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros			3.599	226	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(78.445)	(179.497)	(176.545)	
Operações de captação no mercado	17	(73.937)	(168.366)	(151.248)	
Operações de empréstimos e repasses		(4)	(2.139)	(442)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	18	(185)	(598)	(2.329)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.319)	(8.394)	(22.526)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		47.159	68.950	55.172	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(25.976)	(16.226)	4.749	
Receitas de prestação de serviços	19	29.785	54.623	24.047	
Rendas de tarifas bancárias		907	2.000	1.473	
Despesas de pessoal	20	(25.716)	(48.264)	(41.324)	
Outras despesas administrativas	21	(75.647)	(144.534)	(112.256)	
Despesas tributárias	22	(9.864)	(19.464)	(14.395)	
Resultado de participações em coligada e controladas	9	(4.027)	(3.525)	20.283	
Outras receitas operacionais	23	75.986	178.584	163.787	
Outras despesas operacionais	23	(17.400)	(35.646)	(36.866)	
RESULTADO OPERACIONAL		21.183	52.724	59.921	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.363	1.147	1.668	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		22.546	53.871	61.589	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14(d)	(2.122)	(12.804)	(9.083)	
Provisão para imposto de renda		1.026	(504)	(1.873)	
Provisão para contribuição social		576	(744)	(1.297)	
Ativo fiscal diferido		(3.724)	(11.556)	(5.913)	
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO		(2.759)	(5.499)	(4.440)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		17.665	35.568	48.066	
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		337,48	679,50	1.191,40	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Segundo Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido	17.665	35.568	48.066	
Ajustes ao lucro líquido	46.571	48.920	(42.593)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.319	8.394	22.526	
Variação cambial	38.355	36.585	(32.557)	
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	3.568	3.613	(3.772)	
Reversão de provisão para contingências	(9.662)	(20.296)	(17.621)	
Depreciação e amortização	3.728	6.402	3.198	
Resultado de participação em controlada	4.027	3.525	(20.283)	
Provisão para perda em títulos e valores mobiliários			628	
Ganhos / perdas de capital líquidas	(1.487)	(1.487)	3	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.724	11.556	5.913	
Lucro líquido ajustado	64.236	84.488	5.473	
Variações em ativos e passivos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(21.160)	(14.515)	75.978	
Títulos e valores mobiliários	3.802	(5.022)	11.721	
Operações de crédito	64.222	118.949	(154.581)	
Outros créditos	74.951	71.371	(157.154)	
Outros valores e bens	(4.478)	1.065	20.554	
Depósitos	685.011	486.750	563.452	
Captações no mercado aberto	(24.696)		(102.571)	
Recursos de aceites e emissões de títulos	(19.621)	(6.948)	61.037	
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	(11.661)	(11.619)	6.961	
Relações interfinanceiras e interdependências	(1.208.782)	(1.743.579)	(1.259.933)	
Instrumentos financeiros derivativos	(5.792)	(37.734)	(595)	
Outras obrigações	1.324.850	1.692.300	1.181.023	
Resultado de exercícios futuros	3.382	4.005	(14)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.249)	(7.417)	(3.636)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	920.015	632.094	247.715	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Alienação de imobilizado de uso	430	601	367	
Aquisição de imobilizado de uso	(3.206)	(8.711)	(5.131)	
Aquisição de outros investimentos	(35)	(35)	(185)	
Alienação de intangível			69	
Aquisição de intangível	(22.854)	(33.432)	(6.746)	
Aquisição de participações societárias	(1.517)	(1.517)	(9.554)	
Aumento de capital em controladas e coligada	(5.784)	(20.769)		
Dividendos recebidos			21.468	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(32.966)	(63.794)	226	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(17.500)	(17.500)	(17.400)	
Aumento de capital			60.000	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(17.500)	42.500	(17.400)	
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	869.549	610.800	230.541	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	153.906	373.250	99.201	
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	25.611	65.016	43.508	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	1.049.066	1.049.066	373.250	
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	869.549	610.800	230.541	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	300.000		36.147	153.777	(212)		489.712
Ajuste a valor de mercado - TVM					1.938		1.938
Aumento de capital	189.712		(36.146)	(153.566)			(287.991)
Redução de capital	(287.991)						48.066
Lucro líquido do exercício						48.066	48.066
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			2.403	28.263		(30.666)	(10.000)
Juros sobre o capital próprio						(10.000)	(10.000)
Dividendos						(7.400)	(7.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		2.404	28.474	1.726		234.325
Ajuste a valor de mercado - TVM					(548)		(548)
Aumento de capital	60.000						60.000
Lucro líquido do exercício						35.568	35.568
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			1.779	16.289		(18.068)	(13.500)
Juros sobre o capital próprio						(4.000)	(4.000)
Dividendos						(4.000)	(4.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	261.721		4.183	44.763	1.178		311.845
Saldo em 30 de junho de 2018	211.721	50.000	2.404	28.474	1.979	17.903	312.481
Ajuste a valor de mercado - TVM					(801)		(801)
Aumento de capital	50.000	(50.000)					
Lucro líquido do semestre						17.665	17.665
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			1.779	16.289		(18.068)	(13.500)
Juros sobre o capital próprio						(13.500)	(13.500)
Dividendos						(4.000)	(4.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	261.721		4.183	44.763	1.178		311.845

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Em novembro de 2017 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a cisão parcial do patrimônio do Banco Bonsucesso S.A. mediante a versão de parcela do seu patrimônio para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital e aprovou a mudança da denominação social do Banco para Banco BS2 S.A..

O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de aquisição, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito, tendo como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 18 de fevereiro de 2019.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

bs2.com

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, seguindo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

• Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e

• Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(f) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cessão de crédito e precatórios

(i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro rata" ao resultado do exercício/semestre.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

• Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

• Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro é contabilizado na rubrica "Operações de crédito vinculadas a cessão" em contrapartida do passivo "Obrigações por operações vinculadas a cessão". As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, registradas em "Rendas de operações de crédito", e em "Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão", respectivamente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(h) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 9.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(i) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "*impairment*" no resultado do exercício. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de "*impairment*". No semestre de 2018 não foram identificados indícios de "*impairment*".

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2018	2017
Disponibilidade em moeda nacional	344	569
Disponibilidade em moeda estrangeira	51.925	53.958
Total de disponibilidades	52.269	54.527
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	996.797	318.723
Total	1.049.066	373.250

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(b).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Posição bancada	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro		43.688
Letras do Tesouro Nacional	955.300	15.002
Notas do Tesouro Nacional	41.497	260.033
Total	996.797	318.723
Depósitos interfinanceiros	21.743	7.236
Aplicações em moedas estrangeiras	55	47
Total	1.018.595	326.006
Circulante	1.018.540	325.145
Realizável a longo prazo	55	861

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2018	2017
Livres		
Cotas de fundos de investimentos	85.591	14.527
Letras Financeiras do Tesouro	398.691	389.373
Debêntures	1.373	6.513
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Instrumentos financeiros derivativos		
Operações de Swap	133.830	102.857
Vinculado a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro	78.433	149.201
Total	706.958	671.511
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(8.412)
Total	697.918	663.099
Circulante	564.088	19.393
Realizável a longo prazo	133.830	643.706

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no:		Valor contábil	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
	Resultado	Patrimônio Líquido					
Títulos para negociação	571.739	16	571.755	94.631		401.994	75.130
Cotas de fundos de investimentos (i)	85.592	(1)	85.591	85.591			
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040			
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	477.107	17	477.124			401.994	75.130
Títulos disponíveis para venda	1.372	1	1.373		1.373		
Debêntures (iv)	1.372	1	1.373		1.373		
Subtotal de títulos e valores mobiliários	573.111	16	573.128	94.631	1.373	401.994	75.130
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)			
Total de títulos e valores mobiliários	564.071	16	564.088	85.591	1.373	401.994	75.130

Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no:		Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
	Resultado	Patrimônio Líquido						
Títulos para negociação	23.567		23.567	23.567				
Cotas de fundos de investimentos (i)	14.527		14.527	14.527				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Títulos disponíveis para venda	545.068	20	545.088		121	4.118	132.736	408.113
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	538.582	(7)	538.575		121	381	129.960	408.113
Debêntures (iv)	6.486	27	6.513			3.737	2.776	
Subtotal de títulos e valores mobiliários	568.635	20	568.655	23.567	121	4.118	132.736	408.113
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(8.412)		(8.412)	(8.412)				
Total de títulos e valores mobiliários	560.223	20	560.243	15.155	121	4.118	132.736	408.113

(i) As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

(ii) Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 9.040 (2017 – R\$ 8.412).

(iii) Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(iv) Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possuía debêntures da Copel Geração e Transmissão S/A a qual possui mercado ativo e são marcadas a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de swaps, futuros e termos, os quais estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na BM&F-Bovespa. A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

	2018	2017
ATIVO		
"Swap" - diferencial a receber	133.830	102.857
PASSIVO		
Obrigações por venda a termo	22	105
Valor líquido	133.808	102.752

(i) Swap

Os swaps Dólar x CDI compõem, a estrutura de hedge de risco de mercado da captação externa, são custodiados pela CETIP e tem vencimento para 03/11/2020. Seu valor de referência está registrado em contas de compensação no montante de R\$ 102.180 (2017 – R\$ 102.180).

Descrição	2018			2017		
	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Ajuste a Receber						
Swap Dólar	236.146	232.809	(3.337)	198.689	201.787	3.098
Ajuste a Pagar						
Swap CDI	103.618	98.979	4.639	103.812	98.930	4.882
Total	132.528	133.830	1.302	94.877	102.857	7.980

(ii) Termo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco possuía posições vendidas em termos de moeda estrangeira referente a 2 contratos totalizando R\$ 22 (2017 – R\$ 105) com um valor de referência de R\$ 8.743 (2017 – R\$ 17.876). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras.

(iii) Futuros

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possuía uma posição vendida de 140 contratos futuros de dólar. Também possuía uma posição comprada de 56 contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. Além disso, o Banco possuía uma posição comprada de 1.345 contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada. O resultado líquido negativo destas operações no exercício de 2018 foi de R\$ 63.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía uma posição vendida de 365 contratos futuros de dólar. Também possuía uma posição comprada de 45 contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. O Banco possuía uma posição comprada de 15 contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada. O resultado líquido positivo destas operações no exercício de 2017 foi de R\$ 2.629.

(iv) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge

Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado, visando a proteção da variação cambial mais o cupom da captação externa, assim como o objeto de hedge estão representados como segue:

Descrição	Instrumentos	Vencimento	Indexadores e Taxas	Valor de Referência		Valor de Mercado	
				2018	2017	2018	2017
Objeto de Hedge	Captação Externa	03/11/2020	Passiva: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	(232.809)	(201.787)
Instrumentos de Hedge	Swaps de Fluxo de Caixa	03/11/2020	Ativa: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	232.809	201.787
			Passiva: %CDI			(98.979)	(98.930)
			Líquido: Variação cambial mais cupom			0	0

Para obtenção do valor de mercado das operações de swap, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela BM&FBovespa, ajustadas pelo spread de risco, apurado no fechamento da operação.

6 Operações de crédito e outros créditos

(a) Classificação por produto

	2018	2017
Setor Privado		
Crédito pessoal	22.345	33.429
Crédito pessoal vinculados a cessão	1.188	7.558
Capital de giro	254.544	371.517
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	31.682	30.519
Financiamento em moeda estrangeira		1.655
Desconto de títulos	1.250	309
Adiantamentos a depositantes	681	3
Total operações de crédito	311.690	444.990
Adiantamentos sobre contratos de câmbio		9.700
Precatórios	410.759	438.894
Devedores por compra de valores e bens	592	866
Total outros créditos (*)	411.351	449.460
Total carteira de crédito	723.041	894.450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(15.705)	(22.549)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos	(1.658)	(1.368)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.363)	(23.917)
Total	705.678	870.533
Circulante	379.242	499.273
Realizável a longo prazo	326.436	371.260

(*) Para fins de divulgação o saldo de "Adiantamentos sobre contratos de câmbio", "Precatórios" e "Devedores por compra de valores e bens", e suas respectivas provisões, são demonstrados nesta nota por terem característica de concessão de crédito.

(b) Cessão de créditos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco para Silver Fox Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado IE que na data da cessão totalizava R\$ 87.137 e foi recebido o montante de R\$ 90.736. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 3.599 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco para a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. que na data da cessão totalizava R\$ 1.408 e foi recebido o montante de R\$ 1.631. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 226 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros" e um resultado negativo de R\$ 3 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Despesas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros", vide nota 18(ii).

(c) Classificação por prazo

	2018	2017
A vencer com prazo indeterminado	410.759	438.894
A vencer até 90 dias	95.178	248.784
A vencer de 91 a 180 dias	32.516	41.018
A vencer de 181 a 360 dias	43.177	37.254
A vencer acima de 360 dias	138.932	123.853
Total de parcelas a vencer	720.562	889.803

	2018	2017
Vencidas até 90 dias	1.911	2.112
Vencidas de 91 a 180 dias	260	1.525
Vencidas de 181 a 360 dias	273	812
Vencidas acima de 360 dias	35	198
Total de parcelas vencidas	2.479	4.647

Total	723.041	894.450
--------------	----------------	----------------

(d) Classificação por setor de atividade

	2018	2017
Indústria	11.976	18.544
Outros serviços	272.757	388.121
Pessoas físicas	27.549	48.891
Administração pública	410.759	438.894
Total	723.041	894.450

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	2018		2017	
		Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos
AA		79.734		166.120	
A	0,5	529.205	2.646	515.544	2.578
B	1	58.090	581	145.942	1.459
C	3	30.893	927	35.905	1.077
D	10	3.206	320	2.098	210
E	30	1.276	383	2.524	757
F	50	13.429	6.715	16.852	8.426
G	70	4.724	3.307	185	130
H	100	2.484	2.484	9.280	9.280
Total		723.041	17.363	894.450	23.917

(f) Classificação por níveis de risco e produto

Nível	2018					2017				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA			79.734		79.734				166.120	166.120
A	8.355	185.886	331.025	3.939	529.205	22.192	215.457	272.774	5.121	515.544
B	584	33.706		23.800	58.090	6.298	113.537		26.107	145.942
C	11.071	14.946		4.876	30.893	10.614	18.085		7.206	35.905
D	786	1.284		1.136	3.206	260	460		1.378	2.098
E	1.196			80	1.276	184			2.340	2.524
F	45	13.384			13.429	148	16.704			16.852
G	48	4.676			4.724	171			14	185
H	1.448	662		374	2.484	1.120	7.274		886	9.280
Total	23.533	254.544	410.759	34.205	723.041	40.987	371.517	438.894	43.052	894.450

(g) Concentração da carteira

	2018		2017	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	499.408	69,07	545.315	60,97
20 maiores devedores seguintes	159.437	22,05	174.101	19,46
50 maiores devedores seguintes	50.522	6,99	121.317	13,56
100 maiores devedores seguintes	5.717	0,79	27.171	3,04
Outros	7.957	1,10	26.546	2,97
Total	723.041	100,00	894.450	100,00

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do exercício	23.917	26.810
Constituição / reversão de provisão	7.797	23.187
Baixas de créditos para prejuízo	(14.351)	(26.080)
Saldo no fim do exercício	17.363	23.917

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi recuperado o montante de R\$ 11.323 (2017 – R\$ 28.687) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renunciado um montante de R\$ 76.607 (2017 – R\$ 38.089) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 43.517 (2017 – R\$ 21.633).

Baixe o app.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

O saldo da carteira de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	2018	2017
Câmbio comprado a liquidar	13.559	46.674
Direitos sobre vendas de câmbio	17.135	23.892
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(2.828)	(6.625)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos		87
Total	27.866	64.028

(b) Diversos

	2018	2017
Créditos tributários (nota 14(a))	67.749	79.316
Devedores por depósitos em garantia (i)	14.352	19.024
Baixas sem financeiro (ii)	6.002	5.610
Impostos e contribuições a compensar (iii)	26.877	25.614
Títulos e créditos a receber (iv)	57.642	61.437
Precatórios (v)	410.759	438.894
Devedores por compras de valores e bens	592	866
Valores a receber de sociedades ligadas	1.103	1.921
Diversos	4.017	9.376
Total	589.093	642.058

Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
	(7.448)	(6.598)
Total	581.645	635.460
Circulante	261.426	284.219
Realizável a longo prazo	320.219	351.241

(i) "Devedores por depósitos em garantia" são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2018	2017	2018	2017
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 12d(i))	3.659	4.948	4.319	6.786
Contingências cíveis (nota 12d(ii))	8.342	11.579	25.885	43.714
Outras	522	668		
Total	14.352	19.024	30.204	50.500

(ii) "Baixas sem financeiro" refere-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.

(iii) "Impostos e contribuições a compensar" refere-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.

(iv) "Títulos e créditos a receber" em 2018, refere-se a direitos de consorciados adquiridos pela cessão de cotas não contempladas ou desistentes. Os direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União Federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório. Em 2017 refere-se às aquisições de recebíveis oriundos dos serviços de liquidações de operações com cartão de crédito e débito dos estabelecimentos comerciais credenciados de nossa aquisição.

(v) As operações de precatórios com entes não federais estão sujeitas a uma provisão para perdas de 0,5% - rating "A", no valor de R\$ 1.655 (2017 - R\$ 1.364). Já as operações com entes federais não estão sujeitas à provisão e foram classificadas no rating "AA", conforme nota 6.

8 Outros valores e bens

	2018	2017
Bens não de uso próprio (i)	14.970	19.423
Comissões diferidas (ii)	44	170
Deságio na colocação de títulos	4.144	242
Despesas antecipadas	3.022	3.409
Total	22.180	23.244
Circulante	17.695	21.811
Realizável a longo prazo	4.485	1.433

(i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Foi constituída uma provisão no montante de R\$ 1.167 (2017 - R\$ 887).

(ii) Referem-se ao diferimento das despesas de comissões e bônus sobre operações de crédito.

(b) Movimentação dos investimentos - controladas diretas e indiretas:

	Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	BS2 Tecnologia Ltda.	BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda.	BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	AD Participações Ltda.	DT Participações Ltda.	Total
Em 31 de dezembro de 2016	270.425	27.072			16.490	446	386			314.819
Equivalência patrimonial	18.843	1.833	(263)	(306)	21	28	127			20.283
Aquisição de quotas							59			59
Alienação de quotas	(287.991)									(287.991)
Dividendos	(1.290)	(7.984)			(11.988)		(206)			(21.468)
Integralização de capital			4.995	4.500						9.495
Ajuste a valor de mercado - TVM de coligadas	13									13
Em 31 de dezembro de 2017		20.921	4.732	4.194	4.523	474	366			35.210
Equivalência patrimonial		1.050	(627)	(4.706)	845	55	139	(49)	(232)	(3.525)
Aumento de capital			14.985	4.500		1.283				20.768
Alienação de quotas			(5.000)							(5.000)
Ganhos/perdas de capital líquidas			196	1.325			(34)			1.487
Integralização de capital								1.250	5.000	6.250
Em 31 de dezembro de 2018		21.971	14.286	5.313	5.368	1.812	471	1.201	4.768	55.190

10 Depósitos interfinanceiros e a prazo

	2018				2017					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos interfinanceiros										
Pós-fixado	37.017	91.659	45.228		173.904	21.202	77.319	37.136		135.657
Depósitos a prazo										
Pré-fixados	25.438	13.754	105.611		144.803	24.316	1.539	1.063		26.918
Pós-fixado	148.655	381.144	1.100.440	21.140	1.651.379	87.730	423.458	811.334	21.582	1.344.104
Total	174.093	394.898	1.206.051	21.140	1.796.182	112.046	424.997	812.397	21.582	1.371.022

9 Investimentos em controladas e coligadas

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Ramo financeiro						
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.015	1.053	21.971	1.050
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	19.980.000	74,90	19.072	(665)	14.286	(627)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	4.500.000	86,00	6.178	(5.328)	5.313	(4.706)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	325.000	75,00	628	187	471	139
Ramo não financeiro						
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	5.374	846	5.368	845
BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda.	197.500	98,75	1.834	55	1.812	55
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2.441			
AD Participações Ltda.	1.250.000	99,52	1.207	(49)	1.201	(49)
DT Participações Ltda.	5.000.000	99,80	4.778	(232)	4.768	(232)
Total					55.190	(3.525)

Em Assembleia realizada em janeiro de 2018 na BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 20.000.

Em agosto de 2018 foi realizada alteração contratual da Bonsucesso Controladoria Ltda. alterando sua denominação social para BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda. e alterando seu objeto social para prestação de serviços de tecnologia.

Em Assembleia realizada em novembro de 2018 foi deliberado aumento do capital social da Adiq - Soluções de Pagamento S.A. com o aporte de novos sócios reduzindo a participação do Banco de 90% para 86%.

Em dezembro de 2018 foi constituída a AD Participações Ltda. com o capital social de R\$ 1.256 onde o Banco participa com 99,52%.

Em dezembro de 2018 foi constituída a DT Participações Ltda. com o capital social de R\$ 5.010 onde o Banco participa com 99,80%. O Banco integralizou sua participação na DT Participações Ltda. mediante a transferência de cinco milhões de suas ações preferenciais da BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. reduzindo sua participação de 99,90% para 74,90%.

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no exercício
Ramo financeiro						
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (*)						18.843
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	8.904.236	99,80	20.963	1.837	20.921	1.833
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4.995.000	99,90	4.737	(263)	4.732	(263)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	4.500.000	90,00	4.647	(353)	4.194	(306)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	325.000	75	487	168	366	127
Ramo não financeiro						
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,9	4.528	21	4.523	21
Bonsucesso Controladoria Ltda.	197.500	98,75	479	28	474	28
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2.441			
Total					35.210	20.283

(*) Resultado da equivalência patrimonial do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. apurado até a data da cisão da participação societária.

Em fevereiro de 2017, o Banco adquiriu 50.000 quotas do capital social da Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A., aumentando, assim, sua participação de 65,00% para 75,00% e em dezembro de 2017 foi alterado sua denominação social para BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A..

Em junho de 2017, o Banco adquiriu 4.500.000 quotas do capital social da Adiq - Soluções de Pagamento S.A., passando a ter uma participação de 90,00%.

Em Assembleia realizada em junho de 2017 o Banco constituiu a Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com uma participação de 99,90% no capital e em fevereiro de 2018 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração da denominação social para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Em Assembleia realizada em agosto de 2017 o Banco realizou uma cisão parcial transferindo para sua controladora integral BBO Participações S.A. sua participação de 40% no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. montando um valor de R\$ 287.991 em contrapartida a redução do capital social.

Em Assembleia realizada em dezembro de 2017 na Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 15.000 mediante a incorporação de parte da reserva de lucros.



Conta digital, investimentos, câmbio e muito mais.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos conforme quadro abaixo:

	2018	2017
Letras de crédito imobiliário	83.859	90.514
Letras financeiras	1.344	1.636
Total	85.203	92.150
Circulante	69.532	49.737
Exigível a longo prazo	15.671	42.413

12 Outras obrigações

(a) Carteira de câmbio

	2018	2017
Câmbio vendido a liquidar	17.119	23.831
Obrigações por compras de câmbio	13.590	46.255
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio		(9.614)
Total – Circulante	30.709	60.472

(b) Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições		189
Impostos e contribuições a recolher	4.181	6.055
Provisão para impostos diferidos	1.383	4.354
Total	5.564	10.598
Circulante	4.555	6.409
Exigível a longo prazo	1.009	4.189

(c) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

O valor restante da emissão, equivalente a US\$ 5.000, estava classificado como "Recursos de aceites e emissão de títulos" e foi liquidado em setembro de 2012.

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

Histórico de recompras da dívida subordinada	US\$ Mil	
	Recompras	Saldo
Principal da dívida		120.000
Autorização BACEN em agosto de 2012	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	
	20.000	100.000
Autorização BACEN em julho de 2013	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
	20.000	80.000
Autorização BACEN em maio de 2015	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
1º semestre de 2017	874	
	20.000	60.000
Autorização BACEN em janeiro de 2017	10.000	
Recompras em:		
1º semestre de 2017	731	
	731	59.269

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as recompras da dívida subordinada geraram um ganho, conforme demonstrado na nota 23.

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois swaps cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 5(b).

As dívidas subordinadas são compostas como segue:

Taxa anual	Datas de			Saldo em US\$		Saldo em R\$	
	Emissão	Vencimento	2018	2017	2018	2017	
	9,25%	03/11/2010	03/11/2020	60.137	60.137	232.809	201.788
Circulante			868	868	3.360	2.913	
Exigível a longo prazo			59.269	59.269	229.449	198.875	

(d) Diversas

	2018	2017
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 26(a))	1.353	5.837
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	20.695	10.772
Passivos contingentes (i)	30.204	50.500
Prestações recebidas e pendentes de baixa	2.853	5.542
Ordens de pagamento	167	208
Repasse Projeto Minha Casa Minha Vida	625	737
Obrigações por operações vinculadas a cessão (Nota 2(f))	1.239	8.130
Valores a repassar por operações de aquisição (ii)	308.612	160.680
Obrigações por transações de pagamento (iii)	2.621.155	1.058.691
Valores de tarifas a devolver	23.843	24.102
Outros (iv)	18.286	15.454
Total	3.029.032	1.340.653
Circulante	2.974.913	1.264.598
Exigível a longo prazo	54.119	76.055

(i) A administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 31 de dezembro de 2018 totalizavam R\$ 7.104 (2017 – R\$ 6.965).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado e de valores individuais não relevantes. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base do total dos casos ativos. Dessa forma, o Banco não quantifica perdas prováveis para tais ações.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	2018			2017		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	6.786	43.714	50.500	7.884	60.238	68.122
Movimentação refletida no resultado:						
Constituição	990	1.038	2.028	412	788	1.200
Reversão / baixa	(3.457)	(18.867)	(22.324)	(1.510)	(17.312)	(18.822)
Saldo no fim do exercício	4.319	25.885	30.204	6.786	43.714	50.500

(ii) "Valores a repassar por operações de aquisição" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

(iii) "Obrigações por transações de pagamento" refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (adquirência) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões.

(iv) "Outros" em 31 de dezembro de 2018 inclui a provisão específica para garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 297 (2017 – R\$ 3) referente a provisão de uma carteira que monta R\$ 38.919 (2017 – R\$ 541), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 31 de maio de 2017, foi aprovado o aumento do capital social do Banco para R\$ 489.712. O aumento, no montante de R\$ 189.712, foi integralizado mediante a incorporação de parte das reservas Legal e Estatutária. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 28 de julho de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 21 de agosto de 2017, foi realizada a cisão parcial do patrimônio Banco para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% da participação no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital no montante de R\$ 287.991.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 22 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 10.000 homologado pelo BACEN em abril de 2018 e em 22 de junho de 2018, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 50.000 homologado pelo BACEN em agosto de 2018. Ambos os aumentos foram subscritos e integralizados pela controladora BBO Participações S.A..

Assim, em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado está representado por 52.344.194 (2017 - 40.344.194) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos créditos tributários (nota 7(c)) apresentam-se como segue:

	2018	2017
Provisão para perdas em ativos	56.041	60.052
Ajustes ao valor de mercado		2.915
Passivos contingentes	58.187	76.332
Prejuízo fiscal/Base negativa	55.145	58.990
Base de cálculo	169.373	198.289
Imposto de Renda – 15%	25.406	29.743
Adicional do Imposto de Renda – 10%	16.937	19.830
Contribuição Social – 15%	25.406	29.743
Total	67.749	79.316
Circulante	8.727	16.789
Exigível a longo prazo	59.022	62.527

(b) Movimentação dos créditos tributários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	2018			2017		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início do exercício	55.721	23.595	79.316	61.438	24.129	85.567
Constituição	14.079		14.079	18.503		18.503
Utilização	(24.108)	(1.538)	(25.646)	(24.220)	(534)	(24.754)
Saldo no fim do exercício	45.692	22.057	67.749	55.721	23.595	79.316

(c) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Valor contábil	Valor presente
2019	8.734	8.201
2020	19.340	17.051
2021	24.984	20.683
2022	7.687	5.976
2023	7.004	5.112
Total	67.749	57.023

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2018 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais. Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Segundo Semestre		Exercícios			
	2018	2017	2018	2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.546	22.546	53.871	53.871	61.589	61.589
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre o capital próprio	(13.500)	(13.500)	(13.500)	(13.500)	(10.000)	(10.000)
Equivalência patrimonial	4.027	4.027	3.525	3.525	(20.283)	(20.283)
Participações no lucro	(2.759)	(2.759)	(5.499)	(5.499)	(4.440)	(4.440)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(3.788)	(3.788)	(7.743)	(7.743)	(5.558)	(5.558)
Outras, líquidas	(873)	(1.007)	1.055	168	1.142	1.083
Base de cálculo	5.653	5.519	31.709	30.822	22.450	22.391
Alíquota Efetiva	848	1.103	4.756	6.164	3.368	4.478
Alíquota Adicional	553		3.148		2.221	
Ajustes CSLL 5% (i)		(286)		(1.112)		(965)
Incentivo Fiscal	(96)		(152)		(19)	
Imposto de renda e contribuição social	1.305	817	7.752	5.052	5.570	3.513

(i) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, nota 2(k).

15 Receitas de operações de crédito

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Crédito pessoal			2.676	7.582	13.941
Empresarial			27.833	51.309	47.385
Financiamento em moeda estrangeira			4	317	162
Recuperação de créditos baixados como prejuízo			9.468	11.322	28.687
Total			39.981	70.530	90.175

16 Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Aplicações interfinanceiras de liquidez			12.444	18.992	14.974
Títulos e valores mobiliários			18.786	34.780	57.500
Total			31.230	53.772	72.474

17 Despesas de operações de captação no mercado

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Despesas de títulos emitidos no exterior			11.416	53.989	20.801
Despesas de depósitos a prazo			52.917	96.223	110.180
Despesas de depósitos interfinanceiros			4.829	8.904	11.107
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos			2.953	6.125	5.438
Outras despesas de captação			1.822	3.125	3.722
Total			73.937	168.366	151.248

18 Despesas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão (i)			185	598	2.326
Prejuízos em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros					3
Total			185	598	2.329

(i) Refere-se a despesas com o reconhecimento "pro rata" das obrigações assumidas com cessões de créditos, de acordo com a Resolução CMN 3.533/08.

19 Receitas de prestação de serviços

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Rendas por serviços de pagamento (i)			11.072	19.618	10.899
Rendas de cobrança			185	303	349
Rendas de serviços prestados a ligadas			13	26	27
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)			17.498	31.878	11.757
Diversas			1.017	2.798	1.015
Total			29.785	54.623	24.047

(i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

(ii) Rendas provenientes de aquisições realizada pelo Banco de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirencia, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificado de "Outras receitas operacionais" nota 23(iii) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

20 Despesa de pessoal

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Honorários			5.834	11.496	7.239
Benefícios			2.416	4.639	3.841
Encargos Sociais			5.030	8.933	8.759
Proventos			11.574	21.915	20.919
Treinamento			732	1.016	352
Estagiários			130	265	214
Total			25.716	48.264	41.324

21 Outras despesas administrativas

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Comissão a correspondente			39	126	580
Consultoria comercial			942	1.350	704
Prestação de serviços			31.579	65.381	56.968
Processamento de dados			21.574	39.243	28.550
Comunicação			2.658	4.954	3.921
Aluguel			1.674	2.997	2.117
Depreciação e amortização			3.728	6.402	3.198
Propaganda e publicidade			4.155	5.382	2.514
Transportes			4.527	9.138	5.613
Manutenção e conservação de bens			572	1.057	2.027
Viagens			1.701	2.913	2.166
Outros			2.498	5.591	3.898
Total			75.647	144.534	112.256

22 Despesas tributárias

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Despesas tributárias			2.520	4.929	3.542
ISSQN			663	1.241	736
Cofins			5.747	11.436	8.703
PIS			934	1.858	1.414
Total			9.864	19.464	14.395

23 Outras receitas e despesas operacionais

	Segundo Semestre		Exercícios		
	2018	2017	2018	2017	
Outras receitas operacionais					
Recuperação de despesas de provisões operacionais (i)			9.493	21.014	17.705
Variação monetária e cambial ativa			511	1.353	756
Ajuste a valor de mercado da captação externa			(3.329)	3.064	
Rebate de contratos cedidos (ii)			4.404	10.346	18.370
Resultado de operações com precatórios			61.019	134.615	111.363
Receitas com operações de aquisição de recebíveis (iii)					4.760
Outras			3.888	8.192	10.833
Total			75.986	178.584	163.787
Outras despesas operacionais					
Despesas de provisões operacionais (i)			256	(1.524)	(5)
Variação monetária e cambial passiva					(232)
Despesas de interveniências de repasses de recursos			(671)	(3.723)	(1.828)
Ajuste a valor de mercado da captação externa					(758)
Perdas com processos trabalhistas			(1.031)	(2.686)	(3.208)
Perdas com processos cíveis			(14.147)	(23.971)	(26.539)
Outras			(1.807)	(3.742)	(4.296)
Total			(17.400)	(35.646)	(36.866)

(i) "Recuperação/Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas.

(ii) "Rebate de contratos cedidos" refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R\$ 1,00 cada contrato.

(iii) Rendas provenientes de aquisições realizadas pelo Banco de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirencia, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificado para "Receitas de prestação de serviços" nota 19(i) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

24 Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros no montante de R\$ 24.000, com vigência para o período de 31/01/2019 a 31/01/2020 conforme apólice (31/01/2018 a 31/01/2019 - R\$ 24.000), para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

25 Instrumentos financeiros

O Banco avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros buscando eventualmente oportunidade de mercado com operações de tesouraria, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

(i) Títulos e valores mobiliários

O Banco possui perfil de investimentos em títulos públicos federais, ações e em certificados de depósitos bancários de empresas e instituições financeiras consideradas de baixo risco pela Administração.

(ii) Operações de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco diversificou sua carteira de crédito com produtos de câmbio e Empresarial.

(iii) Depósitos

As captações ocorrem principalmente através de depósitos a prazo e através das cessões de crédito. As taxas dos depósitos e as necessidades de caixa são monitoradas pela Administração.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Instituição possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Vide detalhes na nota 5(b).

26 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	Segundo Semestre 2018		2018		2017	
	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)
Depósitos à vista		(1.024)		(1.562)		
BBO Participações S.A. (i)		(36)		(11)		
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)		(56)		(174)		
BS2 DTVM S.A. (iii)		(174)		(14)		
BS2 Asset Management - Adm de Recursos S.A. (iii)		(20)		(11)		
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)		(53)		(64)		
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)		(53)		(9)		
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)		(54)		(32)		
BS2 HUB Tecnologia Digital Ltda. (iii)		(2)		(2)		
AD Participações Ltda. (iii)		(4)		(4)		
DT Participações Ltda. (iii)		(15)		(15)		
Pessoal chave da administração (iv)		(91)		(64)		
Outras partes relacionadas (v)		(466)		(1.183)		
Captações no mercado aberto	(432)	(68.325)	(1.260)	(95.136)	(916)	
BBO Participações S.A. (i)	153	(1.995)	(41)	(1.811)	(113)	
BS2 DTVM S.A. (iii)	(214)	(846)	(549)	(494)	(43)	
BS2 Asset Management - Adm de Recursos S.A. (iii)	(22)	(646)	(41)	(501)	(67)	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	(148)	(5.899)	(272)	(3.811)	(251)	
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(117)	(1.300)	(258)	(4.244)	(399)	
BS2 HUB Tecnologia Digital Ltda. (iii)	(83)	(1.821)	(98)	(467)	(43)	
Pessoal chave da administração (iv)		(26.322)		(44.755)		
Outras partes relacionadas (v)		(29.496)		(39.053)		
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	(5.162)	(249)	(9.107)	(3.927)	6.920	
BBO Participações S.A. (i)		1		1		
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)	5.510	364	11.452	(3.709)	18.370	
BS2 DTVM S.A. (iii)		85		70		
BS2 Asset Management - Adm de Recursos S.A. (iii)		(49)	(230)	(9)	(304)	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	(3.780)	(709)	(7.360)	(281)	(3.010)	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)		1		1		
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(6.843)		(12.969)		(8.136)	
BS2 HUB Tecnologia Digital Ltda. (iii)		1		1		
Receitas (Despesas) da intermediação financeira	(969)		(1.003)		222	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)					222	
BS2 DTVM S.A. (iii)	(969)		(1.003)			

- (i) Holding controladora integral do Banco BS2.
- (ii) Instituição financeira coligada do Banco BS2 até agosto de 2017 quando foi realizada uma cisão parcial transferindo para sua controladora integral BBO Participações S.A. sua participação.
- (iii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 9.
- (iv) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral BBO Participações S.A..
- (v) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	Segundo Semestre 2018		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
Honorários	4.047	7.546	7.239	
Participação nos lucros e resultados	1.787	3.950	1.118	
Encargos sociais	945	1.999	2.083	
Total	6.779	13.495	10.440	

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 2018, as instituições financeiras não podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

27 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN nº 4.193/13

A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	2018	2017
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	235.595	188.542
(+) Capital Principal (a)	235.595	188.542
(+) Capital Social e Reservas	261.121	201.721
(+) Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	48.945	30.877
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	1.179	1.727
(-) Ajustes Prudenciais	(76.250)	(45.784)
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	45.890	79.550
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	45.890	79.550
(=) Patrimônio de Referência Total	281.484	268.091

Alocação de Capital por Risco

Risco de Crédito (RWAcapd)	1.865.855	1.483.742
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWacom)	241.035	79.140
Risco Operacional (RWAcopad)	341.711	430.889
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.448.600	1.993.771
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	226.495	184.424
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	234.715	189.137
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	70.293	83.668
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	858	54.032
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	88.679	68.915
Margem sobre o Capital Principal Requerido	125.408	98.822

Índice de Basileia - PR	11,50%	13,45%
Índice do Nível I	9,62%	9,46%
Índice do Capital Principal	9,62%	9,46%
Índice de Imobilização	21,91%	19,34%

(a) Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/2013 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro de 2017 prevaleceu o saldo da dívida em 31/12/2017 após a aplicação do redutor de 60% e em dezembro de 2018 prevaleceu o saldo da dívida subordinada em 31/12/2018 após a aplicação do redutor de 80%.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2018, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 11,50% (2017 – 13,45%), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (Índice Basileia + ACP) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/2013. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 9,62% (2017 – 9,46%), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (6,0% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 281.484 (2017 – R\$ 268.091) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 210.775 (2017 – R\$ 184.424) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 234.298 (2017 – R\$ 189.137), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$ 858 (2017 – R\$ 54.032).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

28 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de Capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Conglomerado Prudencial BS2, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial BS2.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

As informações relativas ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos do Banco reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental.

I - Risco de Mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado Prudencial BS2, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatizações dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de Liquidez - É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV - Risco Operacional e Socioambiental - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo também o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de Risco Operacional e Socioambiental

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, e com a Resolução CMN nº 4.327/14 o Banco definiu sua política de Gestão de Risco Operacional e Socioambiental, na qual as responsabilidades, os princípios e diretrizes estão descritos. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos a risco operacional.

A partir de dezembro de 2009, o Banco adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco Operacional são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Continuidade de Negócios - GCN

O Banco conta com um centro de processamento de dados alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

A metodologia da gestão da Continuidade de Negócios permite ao Banco planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Conglomerado Prudencial BS2 e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos de Mercado e Liquidez são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco de Crédito são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Além disso, também é feita a divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" em seu site em Governança Corporativa, na seção "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.678/13 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

29 Eventos subsequentes

Em 2 de janeiro de 2019 ocorreu a cessão de determinados ativos e passivos relacionados às operações de aquisição, registrados nas rubricas de Relações Interfinanceiras, Devedores diversos e Outras obrigações do Banco BS2 S.A., para sua Controlada Adiq Soluções de Pagamentos S.A.. Os respectivos valores foram mensurados com base nos livros contábeis de 31/12/2018.

Em 7 de fevereiro de 2019 o Banco BS2 assinou com os controladores da Butiá Gestão de Investimentos Ltda. os termos de uma opção de compra de 30% da sociedade. A administração da Butiá será integralmente segregada do BS2, administrativa e operacionalmente, sem qualquer interferência nas decisões de gestão dos fundos de investimentos geridos pela Butiá, inclusive em relação ao monitoramento de riscos e de compliance. Tal operação foi submetida ao Banco Central do Brasil e aguarda aprovação.

Diretoria

Gabriel Pentagna Guimarães - Diretor Presidente
Renata Braga Pentagna Guimarães Martini - Diretora Vice-Presidente Executiva
Rodrigo Braga Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente Comercial
Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Executiva
Francisco Ferreira Neto - Diretor Executivo
Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior - Diretor Executivo

Conselho de Administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Presidente
João Claudio Pentagna Guimarães - Vice-Presidente
Gabriel Pentagna Guimarães - Conselheiro
Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques - Conselheira
Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar - Conselheira
Luiz Flávio Pentagna Guimarães - Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

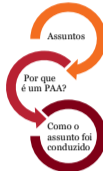
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco BS2 S.A. não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àquele do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas explicativas 2(f) e 6)</p> <p>A mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN no. 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito. O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisão para crédito de liquidação duvidosa consideravelmente diferente. Considerando a relevância da provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento dos controles internos e processos aplicados no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iii) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; iv) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; v) cálculo do valor da provisão; vi) conciliação dos valores calculados e os valores contabilizados; e vii) elaboração das notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.</p>
<p>Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2(k) e 14)</p> <p>O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco apresentará lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução no. 3.059/02 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela administração. Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável. Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto à exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações auditadas, bem como consideramos que as premissas adotadas na elaboração do estudo de projeção de lucro tributário futuro são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>
<p>Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Notas explicativas 2(f), 6(a) e 7(b))</p> <p>A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios. O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios. Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, aprovação, registro e divulgação. Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considero: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados ("backtesting"); e iii) analisamos a razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>

Ambiente de tecnologia de informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio. Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados. Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco. Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base para o resultado de nossa auditoria para as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

CONHEÇA O MELHOR HUB DE SERVIÇOS FINANCEIROS.

Já pensou em contar com a expertise de um banco com mais de **25 anos de mercado**? E com a facilidade e a praticidade do mundo digital? Agora você encontra tudo isso em um só lugar.

Conheça o BS2: conta digital, investimentos, câmbio e cartão virtual na palma da sua mão.

